

## **ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO: COMO GARANTIR QUE NENHUM ALUNO FIQUE PARA TRÁS**

Camila Vieira da Silva <sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A alfabetização representa um dos processos mais complexos e significativos da Educação Básica, pois envolve o desenvolvimento de múltiplas habilidades cognitivas, linguísticas e sociais que permitem ao indivíduo compreender e interagir com o mundo ao seu redor. Mais do que decodificar letras e palavras, alfabetizar é formar leitores e produtores de sentido, capazes de atribuir significado às experiências vividas. De acordo com Soares (2003), a alfabetização deve ser entendida como uma prática social que se articula à leitura do mundo e à leitura da palavra, exigindo do professor uma postura reflexiva e intencional diante das singularidades de cada aluno.

No contexto da educação inclusiva, esse processo adquire novas dimensões. Alfabetizar de forma inclusiva significa reconhecer e respeitar as diferentes formas de aprender, garantindo o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência e ao sucesso escolar. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) defende que a escola é o espaço legítimo para o desenvolvimento integral do ser humano, cabendo ao professor e à equipe pedagógica promover as condições adequadas para que a aprendizagem aconteça. Nesse sentido, o desafio da alfabetização está diretamente relacionado à capacidade da escola em acolher a diversidade e eliminar as barreiras que limitam o aprendizado.

Com base nessa compreensão, o presente estudo emergiu de uma experiência pedagógica desenvolvida em uma turma do 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Simão Dias – SE, composta por 24 alunos, entre eles seis com deficiências diversas, incluindo o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A vivência em sala de aula possibilitou constatar que, quando o ensino é planejado de maneira acessível e afetuosa, todos os alunos podem aprender, desde que sejam respeitados seus tempos, ritmos e formas de expressão.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University, [camilavieiradasilva372@gmail.com](mailto:camilavieiradasilva372@gmail.com);



O projeto teve como foco a implementação de estratégias lúdicas, recursos visuais e o uso da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), associados ao Plano Educacional Individualizado (PEI), visando promover avanços na leitura, escrita e interação dos estudantes. A ludicidade foi um eixo central da prática, pois, conforme Vygotsky (1998), o brincar é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento cognitivo e social da criança, permitindo que ela internalize conceitos de forma prazerosa e significativa.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as práticas inclusivas de alfabetização aplicadas a crianças com deficiência, com ênfase no TEA, evidenciando a importância das metodologias ativas, acessíveis e humanizadas para o fortalecimento da aprendizagem. Como objetivos específicos, busca-se: (a) compreender os fundamentos teóricos que sustentam a alfabetização inclusiva; (b) identificar as estratégias pedagógicas mais eficazes para a aprendizagem de alunos com TEA; e (c) refletir sobre o papel do professor e do coordenador pedagógico na promoção de uma prática alfabetizadora inclusiva.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e descritivo, articulada à observação da prática docente em contexto real de sala de aula. Foram realizadas leituras e análises de autores que fundamentam a alfabetização e a inclusão, como Soares (2003), Freire (1989), Vygotsky (1998), Mantoan (2015), Fonseca (2017) e Nunes e Walter (2016), além de reflexões oriundas das vivências pedagógicas da autora no acompanhamento de turmas do ciclo de alfabetização.

Os resultados obtidos indicam que a inclusão efetiva na alfabetização depende de práticas intencionais e colaborativas, em que o professor atue com sensibilidade e o coordenador pedagógico exerça o papel de mediador e formador contínuo. As atividades lúdicas, o uso de imagens, jogos e músicas, aliados a uma postura acolhedora e empática, foram determinantes para o avanço de alunos com e sem deficiência. Em síntese, a experiência comprovou que a alfabetização inclusiva é possível quando o ensino é planejado com base na equidade e no respeito às singularidades.

Portanto, este estudo reafirma que alfabetizar é também incluir. Quando o professor reconhece a diversidade como um valor e não como um obstáculo, a escola se torna um espaço de pertencimento e aprendizagem para todos. A reflexão aqui apresentada busca inspirar novas práticas pedagógicas que garantam o direito de aprender, promovendo uma educação pública de qualidade, inclusiva e transformadora.



## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

A metodologia adotada neste estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, descritiva e bibliográfica, articulada à observação das práticas pedagógicas desenvolvidas em uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública do município de Simão Dias – SE, onde foi possível vivenciar experiências concretas de alfabetização inclusiva. O estudo foi fundamentado na análise de autores que discutem a alfabetização, a inclusão e o desenvolvimento infantil, como Soares (2003), Vygotsky (1998), Freire (1989), Mantoan (2015), Fonseca (2017) e Nunes e Walter (2016), entre outros, possibilitando uma reflexão crítica sobre os processos de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência.

O percurso metodológico ocorreu em três etapas principais. A primeira etapa consistiu em um levantamento bibliográfico sobre alfabetização inclusiva e práticas de ensino voltadas a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), buscando compreender os fundamentos teóricos que orientam o ensino na perspectiva da diversidade. Na segunda etapa, foi realizada a observação sistemática da prática pedagógica durante o acompanhamento da turma, registrando os comportamentos, avanços e desafios de cada aluno. Nessa fase, utilizou-se o Plano Educacional Individualizado (PEI) como instrumento norteador para o acompanhamento das aprendizagens e definição das metas de desenvolvimento de cada estudante.

A terceira etapa envolveu a análise interpretativa dos resultados observados, relacionando as práticas pedagógicas adotadas com os referenciais teóricos estudados. Foram aplicadas estratégias lúdicas e recursos multimodais, como jogos de alfabetização, atividades com letras móveis, leitura de histórias ilustradas, cantigas, músicas e uso de Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) — especialmente figuras, cartões de rotina, gestos e imagens — que favoreceram a interação e a expressão dos alunos com TEA e outras deficiências. Essas ferramentas foram essenciais para ampliar a compreensão simbólica, desenvolver a linguagem e despertar o interesse pela leitura e escrita.

A pesquisa foi desenvolvida com base na observação participante, permitindo à pesquisadora atuar de forma ativa no processo, acompanhando as intervenções pedagógicas e registrando, de forma descritiva, as percepções e resultados obtidos. Por se tratar de uma pesquisa de caráter reflexivo e de natureza pedagógica, não houve coleta de dados pessoais nem envolvimento direto de participantes, dispensando, portanto, a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.



Todos os materiais utilizados, como imagens, cartazes e ilustrações empregados durante as atividades e nas apresentações visuais, foram obtidos de bancos de domínio público e utilizados exclusivamente com fins educativos, respeitando os princípios éticos e legais da pesquisa científica.

A escolha dessa metodologia possibilitou compreender a alfabetização inclusiva a partir da prática e da realidade escolar, valorizando a experiência pedagógica como espaço legítimo de produção de conhecimento. Assim, a pesquisa não se limitou a descrever técnicas, mas procurou refletir sobre o papel do professor e do coordenador pedagógico como mediadores da aprendizagem, reafirmando o compromisso ético com uma educação de qualidade que garanta que nenhum aluno fique para trás.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A alfabetização é um processo complexo que ultrapassa o domínio do código linguístico, envolvendo dimensões cognitivas, sociais e afetivas que formam a base para o desenvolvimento integral do aluno. Segundo Magda Soares (2003), a alfabetização deve ser compreendida como uma prática social e cultural, na qual a leitura e a escrita são instrumentos de inserção e participação ativa na sociedade. Essa concepção amplia a compreensão do alfabetizar, aproximando-o de um ato político e emancipatório, conforme defendido por Paulo Freire (1989), para quem o ensino da leitura do mundo antecede a leitura da palavra.

Na perspectiva da educação inclusiva, alfabetizar é também incluir. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) propõe a oferta de um ensino que reconheça as diferenças como parte da diversidade humana, garantindo o direito de aprender de todos os estudantes. Assim, o professor alfabetizador precisa compreender que cada aluno aprende de maneira singular, demandando estratégias diferenciadas e práticas pedagógicas flexíveis.

O trabalho com alunos que possuem Transtorno do Espectro Autista (TEA) requer um olhar atento às suas especificidades comunicativas e cognitivas. Para Nunes e Walter (2016), a criança com autismo aprende por meio da repetição, da estruturação e da previsibilidade, o que reforça a importância de práticas de ensino organizadas, visualmente acessíveis e com rotinas bem definidas. O uso de materiais concretos,



imagens, símbolos e pictogramas torna-se essencial para promover a compreensão e estimular a comunicação.

Nesse contexto, a Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) surge como um recurso fundamental para facilitar o processo de alfabetização e expressão dos alunos com TEA. Conforme Fonseca (2017), a CAA amplia as possibilidades de interação e linguagem, permitindo que o aluno participe das atividades e desenvolva autonomia na comunicação. Associada a essa prática, o Plano Educacional Individualizado (PEI), previsto na legislação brasileira, possibilita o acompanhamento pedagógico de acordo com as potencialidades e necessidades de cada estudante, favorecendo uma intervenção mais direcionada e eficaz.

De acordo com Mantoan (2015), a inclusão escolar só é efetiva quando a escola reconhece a diferença como valor e organiza o ensino a partir do respeito à singularidade de cada aluno. A autora enfatiza que o papel do professor é o de mediador da aprendizagem, aquele que cria pontes entre o conhecimento e o sujeito, estimulando a curiosidade, a criatividade e o prazer de aprender. Nesse sentido, o coordenador pedagógico também tem papel essencial, atuando como formador e apoiador do professor na construção de práticas mais acessíveis e significativas.

Vygotsky (1998) contribui com a compreensão de que o aprendizado se dá por meio da interação social e que o desenvolvimento ocorre dentro da chamada “zona de desenvolvimento proximal”, onde o apoio do outro mais experiente — seja o professor, o colega ou o mediador pedagógico — é fundamental para que o aluno avance. Essa teoria reforça a importância da mediação intencional e da ludicidade como instrumentos para promover a aprendizagem de todos, inclusive daqueles com deficiência.

Dessa forma, o referencial teórico evidencia que a alfabetização inclusiva demanda uma escola que ensine com intencionalidade, sensibilidade e equidade, valorizando os diferentes modos de aprender. O uso de metodologias ativas, recursos visuais e práticas lúdicas torna-se indispensável para garantir que o processo de alfabetização contemple a todos. Alfabetizar é, portanto, um ato de respeito à diversidade e um compromisso ético com a transformação social, pois, como afirma Freire (1996), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou construção”.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir da experiência pedagógica em alfabetização inclusiva revelaram que a prática docente mediada pela intencionalidade e pelo afeto pode transformar significativamente o processo de aprendizagem de alunos com e sem deficiência. No acompanhamento da turma de 3º ano do Ensino Fundamental, foi possível constatar que o uso de metodologias lúdicas, recursos visuais e o apoio da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) contribuíram para avanços expressivos na leitura, na escrita e na socialização das crianças.

A análise dos registros realizados durante o percurso pedagógico mostrou que o planejamento individualizado foi essencial para o sucesso das intervenções. O uso do Plano Educacional Individualizado (PEI) permitiu adequar os objetivos de aprendizagem às necessidades de cada estudante, respeitando seus ritmos e potencialidades. Com isso, alunos que inicialmente apresentavam dificuldades na identificação de letras e sons passaram a reconhecer palavras simples e a demonstrar interesse crescente pela leitura e pela escrita.

Um dos aspectos mais relevantes observados foi o impacto da ludicidade no engajamento dos alunos. Atividades com músicas, jogos e histórias ilustradas despertaram o prazer em aprender e fortaleceram a interação entre os colegas, promovendo um ambiente de cooperação e empatia. De acordo com Vygotsky (1998), o aprendizado se consolida por meio das interações sociais, e o brincar assume papel central no desenvolvimento cognitivo. Esse princípio foi claramente percebido durante o trabalho, pois as atividades coletivas permitiram que as crianças trocassem experiências e aprendessem umas com as outras.

As discussões geradas a partir dos resultados também evidenciam o papel crucial do professor e do coordenador pedagógico como mediadores da aprendizagem. Conforme aponta Freire (1996), ensinar é um ato de escuta e diálogo, no qual o educador aprende com o educando ao mesmo tempo em que ensina. Essa relação dialógica foi essencial para compreender as singularidades de cada aluno e ajustar as práticas pedagógicas de forma contínua. A atuação conjunta entre professor e coordenação contribuiu para um trabalho mais integrado e consciente, fortalecendo a intencionalidade pedagógica e o compromisso com a inclusão.

Além disso, foi possível perceber que a participação ativa das famílias favoreceu o desenvolvimento das crianças. A troca de informações entre escola e responsáveis



permitiu ampliar o olhar sobre as potencialidades de cada estudante, criando uma rede de apoio que reforçou o sentimento de pertencimento. Esse aspecto confirma as reflexões de Mantoan (2015), ao afirmar que a inclusão é um processo coletivo e que o sucesso das práticas educativas depende da colaboração entre todos os envolvidos no ambiente escolar.

Outro resultado importante foi a melhoria na interação e autonomia dos alunos com TEA. Por meio de recursos da CAA e da rotina estruturada, as crianças demonstraram maior segurança na comunicação e na realização das atividades. Isso confirma o que defendem Nunes e Walter (2016) e Fonseca (2017): o uso de símbolos, imagens e pictogramas amplia a capacidade comunicativa e favorece o desenvolvimento linguístico dos estudantes com autismo, permitindo que participem ativamente das atividades de alfabetização.

De forma geral, a prática desenvolvida mostrou que a alfabetização inclusiva é possível e eficaz quando baseada em planejamento, intencionalidade e acolhimento. Os resultados obtidos não se restringem aos avanços cognitivos, mas também abrangem aspectos emocionais e sociais, demonstrando que a aprendizagem ocorre de maneira integral. Assim, o processo de alfabetização torna-se um meio de promover o respeito, a empatia e a valorização das diferenças — princípios que, segundo Soares (2003) e Freire (1989), constituem a essência de uma educação verdadeiramente transformadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido permitiu compreender que a alfabetização inclusiva é um processo possível, necessário e transformador quando sustentado por práticas pedagógicas intencionais, planejadas e sensíveis às singularidades dos alunos. As experiências vivenciadas em sala de aula mostraram que cada criança possui um modo único de aprender, e que o papel do professor é reconhecer essas diferenças como potencialidades, não como limitações. Ao adotar estratégias acessíveis, como o uso da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), o Plano Educacional Individualizado (PEI) e atividades lúdicas, foi possível promover a participação efetiva de todos, fortalecendo a aprendizagem, a autoestima e o convívio social. Os resultados observados indicam que o sucesso da alfabetização inclusiva depende diretamente da intencionalidade pedagógica e da atuação colaborativa entre professores, coordenadores pedagógicos e famílias. O



trabalho coletivo revelou-se fundamental para construir uma escola mais democrática, acolhedora e comprometida com o direito de aprender. Conforme defendem Freire (1996) e Mantoan (2015), a inclusão não é apenas uma metodologia, mas uma postura ética e política que reconhece o valor de cada sujeito no processo educativo.

Além dos avanços cognitivos, a prática evidenciou mudanças significativas nas dimensões emocionais e sociais dos alunos, especialmente daqueles com deficiência. O ambiente lúdico, o estímulo à comunicação e o respeito aos tempos individuais favoreceram o desenvolvimento da autonomia e da autoconfiança, reafirmando o princípio de que alfabetizar é também incluir. Essa experiência reforça o compromisso da escola pública com a equidade e com a formação humana integral, conforme orientam as diretrizes da BNCC (2018) e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Contudo, reconhece-se que ainda existem desafios a serem superados, como a necessidade de formações continuadas específicas, a ampliação do tempo pedagógico e o fortalecimento das políticas públicas que assegurem condições adequadas de trabalho aos professores e coordenadores. Tais aspectos são fundamentais para garantir a continuidade e o aprimoramento das ações inclusivas, evitando que elas se restrinjam a iniciativas isoladas.

Conclui-se que o processo de alfabetização na perspectiva inclusiva não se limita à aprendizagem da leitura e da escrita, mas envolve a construção de vínculos, a valorização da diversidade e a promoção da cidadania. A escola que ensina a todos é aquela que aprende com cada um. Assim, este estudo reafirma a importância de uma prática pedagógica comprometida com a justiça social e sugere que novas pesquisas explorem experiências empíricas de alfabetização inclusiva em diferentes contextos, contribuindo para o fortalecimento de uma educação verdadeiramente equitativa e transformadora.

**Palavras-chave:** Alfabetização, Inclusão, Autismo, Estratégias Pedagógicas.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força e sabedoria concedidas em cada etapa desta caminhada.

Expresso minha gratidão à equipe gestora e aos professores da escola pública do município de Simão Dias – SE, que acolheram com sensibilidade e compromisso o projeto de alfabetização inclusiva, tornando possível a vivência que deu origem a este estudo.

Aos alunos, deixo meu reconhecimento e carinho, pois cada gesto, sorriso e conquista representaram um aprendizado valioso sobre o verdadeiro sentido da educação. Agradeço também à coordenação pedagógica e aos colegas educadores que, com diálogo e colaboração, contribuíram para o fortalecimento de práticas mais humanas e acessíveis.

Por fim, estendo minha gratidão à comunidade escolar e às famílias, pelo apoio constante e pela confiança depositada no trabalho educativo. Este estudo é fruto do esforço coletivo de todos que acreditam que alfabetizar é incluir e que nenhum aluno deve ficar para trás.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.** *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.
- BRASIL. **Ministério da Educação.** *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 out. 2025.
- FONSECA, V. **Psicomotricidade: Filogênese, Ontogênese e Retrogênese**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.



NUNES, D. R. P.; WALTER, C. C. F. **Práticas pedagógicas para o ensino de alunos com autismo.** Curitiba: Appris, 2016.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

